

A GUERRA DA UCRÂNIA E DO IRAQUE ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA DE DIFERENÇA DE TRATAMENTO ENTRE ESTADOS UNIDOS E RÚSSIA OFERECIDO PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL

saskab

<http://www.idealz-institute.com/>
Cuaderno 20

Isadora Teixeira de Lima
isadora.teixeira@sempreceub.com

RESUMO: O objetivo desse artigo é trazer uma abordagem crítica de como duas grandes potências como o Estados Unidos e Rússia, recebem diferentes tratamentos a frente da comunidade internacional, principalmente, se utilizando como elemento a Guerra da Ucrânia e do Iraque, como mecanismos de argumento para identificar a forma de tratamento dados às dois países pelos Estados Internacionais e pela própria Organização da Nações Unidas, e como essa diferença dada às países pode afetar as Relações Internacionais e o Direito, que está positivada por meio de normas de Direito Internacional. Para o desenvolvimento dessa abordagem crítica, será utilizado artigos, normas e livros, devendo ser revistos conceitos importantes que regem as Relações Internacionais e o Direito Internacional Público, tais como, soberania e Estado Democrático de Direito.

Palavras-Chave: Guerra da Ucrânia, soberania, Guerra do Iraque, sanções.

Abstract: The community of this article is bringing a critical approach to how two great powers such as the United States and Russia, receiving different treatment from the Ukrainian front, mainly using the Iraq War as an element, as mechanisms to identify the way of processing data. international countries and by the United Nations itself, and this difference between countries can be seen as International Relations and Law, which is affirmed through norms of International Law. For the development of this critical approach, articles, norms and books will be used, and important concepts that govern International Relations and Public International Law, such as sovereignty and the Democratic State of Law, must be reviewed.

1. Introdução

Como se sabe, a invasão ao território ucraniano se deu no dia 24 de fevereiro de 2022, quando tropas russas invadiram a Ucrânia, porém as tensões entre os países decorrem desde a época que houve a desintegração da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em que a Rússia tinha controle sobre os outros países que faziam parte da União Soviética. A Ucrânia fazia parte da então URSS, mas desde sua independência, a Rússia ainda tentava manter o controle sobre o país, mas a época que as tensões escalaram foi a partir de 2014, com o anexo da península da Crimeia pela Rússia, assunto que será tratado em capítulo pertinente.

Mas com a invasão do território ucraniano pela Rússia, grande parte da comunidade internacional foi contra os atos praticados pelos russos, claro que com as devidas razões, sendo aplicadas inúmeras sanções ao país, tais sanções que estão também prejudicando a economia mundial, mas o questionamento que fica é por que a Rússia está sofrendo inúmeras sanções por ter invadido um território autônomo, enquanto no ano de 2003, o próprio Estados Unidos invadiu o Iraque, em conjunto com o Reino Unido, e ambos os países não receberam sanções e não punidos pela invasão ao território iraquiano.

Importante salientar que a invasão ao território iraquiano pelo Estados Unidos, não teve respaldo da comunidade internacional, principalmente, uma resposta ativa do Conselho de Segurança da ONU, que verifica em quais casos pode-se invadir um outro território autônomo e soberano de outro país e mesmo assim houve a invasão ao Iraque.

Com essa base que o artigo irá trabalhar, trazendo uma abordagem crítica de como em cada caso, os diferentes países foram tratados no cenário internacional e que pode ser utilizado também como meio crítico os países que foram invadidos pelos Estados Unidos e Rússia, que os alvos deles eram um país da Oriente Médio, enquanto o outro era um país europeu.

Para começar a análise crítica precisamos discorrer sobre conceitos importantes ao Direito Internacional e às Relações Internacionais, que ajudaram a entender sobre a invasão ao território de outros países.

2. Guerra do Afeganistão

Antes de começar a discorrer sobre a Guerra do Iraque e a ilegalidade da invasão, deve-se comentar sobre a Guerra do Afeganistão, principalmente, entre 2001-2003, que teve influência sob a invasão ao território iraquiano pelos Estados Unidos. No dia 11 de setembro, ocorreu o ataque aéreo às torres gêmeas, da qual posteriormente o atentado foi reivindicado pela Al-Qaeda, que tinha como líder o Osama Bin Laden, um dia após o atentado, o Presidente Bush em conjunto com o Conselho de Segurança Nacional, chegaram ao consenso que os Estados Unidos deveriam atacar as bases existentes da Al-Qaeda em território afegão e que ainda seria viável derrubar o regime do Talibã, medida que ainda não havia sido pensada pelo governo Bush até então, principalmente, pela intervenção armada para mudar o regime do Afeganistão, ser uma convicção do Partido Democrata (NASSER);

Antes de ocorrer a invasão o governo dos EUA, decidiu por pressionar o regime Talibã, para que os mesmos se rendessem ou que expulsassem a Al-Qaeda do território afegão e que deveriam entregar o Osama Bin Laden para ser julgado. Em 15 de setembro de 2001, o chefe da CIA no Paquistão se reuniu com o comandante do Talibã, mulá Osmani, que optou por não entregar Osama Bin Laden, para que a população afegã não se revoltasse contra o Talibã e enxergassem o ato como uma traição.

Para conferir mais legitimidade a uma ação armada contra outro país, o governo americano optou por ganhar apoio político, conseguindo assim, o governo Bush, amplo apoio do Congresso, que aprovou a autorização para o uso de força que fosse necessária contra nações que tenham alguma participação indireta ou direta com ataques terroristas. Internacionalmente, os EUA, se aproximou dos

governos vizinhos ao Afeganistão, com objetivo de facilitar a operação da guerra e manter sob controle os grupos terroristas e também houve ajuda da Rússia para cercar o país. Importante frisar que antes do ataque de 11 de setembro, os EUA estavam sob tensão com a China e a Rússia. Não houve autorização explícita por parte do Conselho de Segurança da ONU para que ocorresse a operação militar no Afeganistão, a operação militar se utilizou das previsões do Capítulo VII da Carta da ONU, que permite respostas às ameaças à paz e segurança internacional que foi utilizada em conjunto com a Resolução 1.368 da ONU de 12 de setembro de 2001, que previa que o Conselho de Segurança tomaria as medidas necessárias para responder os ataques de 11 de setembro.

No dia 7 de outubro de 2001, o presidente Bush, ordenou a invasão do Afeganistão, como meio de resposta ao ataque às Torres Gêmeas, nos meses seguintes à entrada norte-americana no território afegão, ocorreu a expulsão da Al-Qaeda e a derrubada do Talibã, tendo o seu regime encerrado em 9 de dezembro de 2001. Em 1º de maio de 2003, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, declarou fim do grande combate no território afegão, com isso os EUA, voltou a guerra ao Iraque, com o intuito de combater o Terrorismo e que para o governo americano, o país seria o centro da guerra contra o terrorismo e não o Afeganistão.

Como isso, os esforços militares e políticos do Estado Unidos se voltaram perante ao Iraque, tendo a Guerra do Iraque se iniciado em 20 de março de 2003, quando os Estados Unidos e Reino Unido decidiram invadir o território iraquiano com o pretexto de retirar Saddam Hussein do poder, devido o seu governo ir contra os direitos humanos da população e ser um regime considerado autoritário, porém essa não foi a única forma que os países utilizaram como meio para justificar uma invasão, que por muitos era encarada com ilegal.

Pela soberania estatal e o direito de autodeterminação dos povos se encontrarem ameaçados, o Iraque, teve o seu território invadido em 2003 pelos Estados Unidos. O motivo para que ocorresse a intervenção foi a busca por armas de destruição em massa que o governo iraquiano supostamente detinha em seu arsenal, além do governo de Saddam ser visto como autoritário. Mas a questão a ser debatida é, qual seria o real motivo para a invasão do território iraquiano pelos norte-americanos, seria realmente garantir a segurança mundial e se a invasão é realmente legal do ponto de vista normativo internacional?

Os Estados têm direito a manter a sua soberania, mas o direito de exercê-lo é ameaçado por meio de políticas intervencionistas exercidas por determinados países, principalmente, potências, como foi o caso do Iraque que teve o seu território invadido, mesmo com a existência do princípio da soberania estatal.

A Guerra no Iraque começou dia 20 de março de 2003, mesmo com oposição pública e institucional e foi intitulada como “Operação Liberdade Iraquiana”. Três países promoveram suporte militar à intervenção, sendo eles, o Reino Unido, a Austrália e a Polônia. Houve conflito entre os países, mas em virtude do exército iraquiano ser despreparado, e com tomada da cidade natal de Saddam Hussein, Tikrit, em 14 de abril de 2003, houve o término do principal conflito militar e o então Presidente dos EUA, Bush, anunciou o fim das principais operações militares em 01 de maio de 2003, entretanto, após essa data, ainda havia ataques sistemáticos contra as forças de ocupação iraquianas.

3. A Intervenção Preventiva

A intervenção preventiva começou a ser mais utilizada após os atentados de 11 de setembro de 2001, há relatos de sua utilização na história dos Estados, que usaram a ação preventiva para proteger os seus interesses nacionais. Para a legítima defesa ser admitida é necessário a demonstração da necessidade e da proporcionalidade e iminência do ataque, que foram considerados parte do direito consuetudinário. Devendo a necessidade da legítima defesa ser imediata e que não haja tempo para deliberar. Devendo o Estado demonstrar que o uso da força por outro país era certo e iminente e não havendo outra forma para prevenir o ataque.

A “guerra justa”, seria legal se realizada pelos meios justos e era empregada para proteger a propriedade e a punição dos erros pelo Estado. Até 1920, a guerra era tida como legal pelo Direito Internacional. Em 7 de agosto de 1928, foi assinado o Tratado Geral de Renúncia à Guerra, mais conhecido como Pacto Kellogg-Briand, a guerra foi prescrita, mesmo com esse tratado e o Pacto da Sociedade das Nações, não impediram que a Segunda Guerra Mundial fosse desencadeada. Já a Carta das Nações Unidas, traz em seu texto que a força armada não será usada a não ser por interesse comum, devendo as ameaças a um Estado serem resolvidas de forma coletiva e pacífica.

No artigo 2(4) da Carta das Nações Unidas, determina que “todos os membros devem evitar ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas”. Essa regra se tornou um princípio do direito costumeiro do Direito Internacional e é uma norma de jus cogens, o que acaba por obrigar todos os Estados e não apenas quem se tornou membro das Nações Unidas.

O capítulo VII da Carta, discorre sobre a Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão, o artigo 39 determina que, “ O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais”. Ficando assim, evidente que o Conselho de Segurança é o responsável por determinar a ameaça e também o que tem poder de autorizar uma ação com o uso da força.

Já o capítulo VI da Carta, determina as diretrizes para que os Estados deliberem as suas controvérsias de forma pacífica. Quando não for possível a resolução por meio pacífico, os Estados devem submeter a demanda ao Conselho de Segurança que irá deliberar a controvérsia e determinar se é uma ameaça a manutenção da paz e segurança internacional, cabendo ao órgão decidir sobre uma ação preventiva com o uso da força.

O direito de legítima defesa, previsto no art. 51 da Carta, é um princípio antigo de Direito Internacional, que prevê, “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais”. Essa previsão abre para discussão que há necessidade de ocorrer um ataque inimigo, para que assim, o Estado possa recorrer ao uso da força em caso de legítima defesa, havendo assim um direito de resposta.

O uso antecipado do direito de legítima defesa é protegido com a finalidade de evitar maiores destruições, devendo levar em conta os critérios de necessidade e proporcionalidade e iminência. Não sendo possível recorrer a legítima defesa preventiva, se não houver um ataque armado.

A utilização da legítima defesa preventiva possibilitaria ao Estado incorrer em erro, recorrendo ao uso da força equivocada e os países passem a utilizar o argumento da ameaça de ataque eminentemente para se utilizar da força discricionária e aleatória, de acordo com os interesses de cada país.

Não havendo um ataque armado inimigo, só o Conselho de Segurança, pode determinar a existência de ameaça e ação que pode ser utilizada, sendo assim, a intervenção preventiva, proibida.

Por meio da Carta das Nações Unidas é necessário aferir que o Conselho de Segurança é o responsável por determinar a existência de uma ameaça à paz, sendo tal decisão vetada às Estados, no Conselho há um problema com os vetos, pois há uma pausa, argumento que muitos Estados utilizam para agir fora da alçada do Conselho.

Mesmo com evidências de que o Iraque não possuía mais armas de destruição em massa não foram suficientes para impedir a invasão ao país. Os que são favoráveis à invasão utilizam como parâmetro as resoluções 678 (1990), 687 (1991) e 1441 (2002). A resolução 678 determinava que os Estados tinham autorização para se utilizar de todos os meios de força para retirar o Iraque do Kuwait. A 687 discorre do cessar-fogo e autoriza o uso da força contra o Iraque se o país estiver sob material breach. Já a resolução 1441 define que o Iraque estava sob matéria breach e indiretamente se utilizando a resolução 687, autoriza o uso da força contra o país.

A United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission (Unmovic) e a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), foram autorizadas pelo Conselho de Segurança para inspecionar se havia armas de destruição em massa no Iraque, e no final não sendo encontrado nenhuma arma, mesmo após a intervenção. Isso levanta questionamento acerca do real motivo para a invasão, que vão desde econômicas, geopolíticas e estratégicas.

Atualmente os conflitos são regionais e internos e estão incluídos neles inúmeras violações contra os direitos humanos, que levanta a hipótese de um intervenção militar, que violaria princípios internacionais, como soberania e a não intervenção, como forma de sustar as violações desses direitos.

Com as Convenções de Paz de Haia, no final do século XIX e início do século XX, com a celebração do Pacto Kellogg-Briand, que tornou a guerra um recurso

condenável na política internacional, em que o uso da força pelos Estados passou a ter uma regulação por normas jurídicas.

A Carta das Nações Unidas prevê duas situações que estão atreladas ao uso da força: a guerra de agressão, que é proibida, e as medidas defensivas, que são as exceções do uso da força, ou seja, são legais. Tendo como exceções a legítima defesa coletiva ou individual e as medidas ponderadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que envolve o “emprego da força armada”, como último recurso (art. 42).

No Painel de Alto Nível Sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, da ONU, em 2004, frisou quanto à norma de que existe responsabilidade coletiva internacional de proteção às civis em casos de guerra e abusos de direitos humanos. Essa responsabilidade é papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas, podendo autorizar intervenção militar em último caso, quando tiver o acontecimento de morte em larga escala e limpeza étnica, como exemplo.

Em casos de ameaças à paz e a segurança internacional, e a ocorrência de violações sistemáticas contra cidadãos de um Estado, nem sempre o Conselho de Segurança é capaz de agir a tempo para intervir nesses ocorridos, assim como um consenso entre os membros permanentes do órgão para autorizar um possível uso da força.

De quinze países que compõem o Conselho de Segurança, cinco são membros permanentes, cada um deles tem poder de veto sobre qualquer resolução. Não tendo veto, é necessário nove votos para uma resolução ser aprovada.

Intervenção é um Estado adentrar na soberania, integridade territorial e competência exclusiva de um outro Estado, seja como forma de ajudar a resolver os problemas que o país está enfrentando, para resolvê-los no lugar do país ou para obrigá-los a prestarem uma resolução. Essa intervenção pode ser coletiva ou individual com manifestações de uma organização internacional e podendo ser armada ou não.

Para uma suposta intervenção militar em outro país sem a autorização do Conselho de Segurança seria necessária a criação de uma norma, e como se sabe o Direito Internacional tem duas fontes principais que consta no art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, que são o costume internacional e tratados, sendo o primeiro um instrumento de lei informal e sem forma escrita, mas podendo virar um direito positivado e o segundo é um meio escrito e contratual, que tem objetivo de criar direitos e deveres. “Práticas de Estado são aquilo que os governos dizem e

fazem, já a opinio juris consiste na convicção, por parte dos governos, de que sua conduta é justa, ou seja, determinada pelo Direito Internacional”

A maioria das normas consuetudinárias tem aplicação universal, no qual cada Estado pode apoiá-la ou se opor a ela, mas só entrará em vigor com aceitação da maioria. Já os tratados a sua aceitação começa com assinatura que indica que o país está disposto em assumir obrigações e sua ratificação depende de cada procedimento de cada país. Muitas normas costumeiras foram reproduzidas em tratados, como é o caso da proibição do emprego da força, que tem previsão no Pacto Briand.

4. Guerra do Iraque e sua legitimidade

O Direito Internacional é um ramo que detém um conjunto de regras obrigatórias que visam regular o relacionamento e o comportamento entre os Estados, atribuindo a eles direitos e deveres. Essas regras são criadas a partir do consentimento entres os países, no qual tem liberdade para fazerem o que quiserem, desde que não tenham se submetido a uma regra que restrinja o seu comportamento. Uma das coisas de que o Direito Internacional trata é os eventos bélicos, em vista, de que as primeiras relações entre os Países no campo internacional tinha um cenário altamente militar. Mas ao longo do tempo, o Direito Internacional começou a abarcar normas humanitárias.

Para determinar a legitimidade de uma norma é necessário a existência de dois elementos, que são autoridade e controle. A autoridade que é quando os Estados vêm a norma como uma lei. E a norma deve também controlar o comportamento dos Estados, devendo os mesmos refletirem o que uma instituição ou norma determina.

Importante lembrar que os Estados têm direito a manter a sua soberania, mas o direito de exercê-lo é ameaçado por meio de políticas intervencionistas exercidas por determinados países, principalmente, potências.

J. Brierly define intervenção como um termo que se emprega de forma ampla para intitular as formas de ingerência de um Estado em outros. Em uma visão mais restritiva seria a interferência de forma interna e externa de um Estado em outro, para limitar a independência.

Pela soberania estatal e o direito de autodeterminação dos povos se encontrarem ameaçados, o Iraque, teve o seu território invadido em 2003 pelos Estados Unidos. O motivo para que ocorresse a intervenção foi a busca por armas de destruição em massa que o governo iraquiano supostamente detinha em seu arsenal. Mas a questão a ser debatida é o real motivo para a invasão do território iraquiano pelos norte-americanos e realmente garantir a segurança mundial e se a invasão é realmente legal do ponto de vista normativo internacional?

A Guerra no Iraque começou dia 20 de março de 2003, mesmo com oposição pública e institucional e foi intitulada como “Operação Liberdade Iraquiana”. Três países promoveram suporte militar à intervenção, que são, o Reino Unido, a Austrália e a Polônia. Houve conflito entre os Estados, mas em virtude do exército iraquiano ser despreparado, e com tomada da cidade natal de Saddam Hussein, Tikrit, em 14 de abril de 2003, houve o término do principal conflito militar e o então Presidente dos EUA, Bush, anunciou o fim das principais operações militares em 01 de maio de 2003, entretanto, após essa data, ainda havia ataques sistemáticos contra as forças de ocupação.

A alegação para a invasão ao Iraque, por parte dos norte-americanos e britânicos, foi que o Estado mantinha armas de destruição massiva, e gerava uma ameaça à segurança internacional. Outra justificativa utilizada, era que Saddam Hussein, tinha ligações com grupos terroristas. Porém, é importante frisar que as armas de destruição em massa não foram encontradas pelas forças de ocupação, assim como as ligações de Saddam Hussein, com grupos terroristas islâmicos não foram atestados.

Mesmo não reconhecido pela forças de ocupação, um dos principais motivos para a intervenção seria a questão energética, isso advém do Oriente Médio ser a detentora de maior parte das reservas mundiais de petróleo, o que torna a região de grande importância no plano internacional, e que acaba por ser grande alvo de grandes potências, haja vista também a existência futura de uma crise energética. Sendo, os EUA, uns dos maiores consumidores de petróleo no mundo, por dia o país, consome cerca de 20 milhões de barris de petróleo. É importante se lembrar, que no ano de 2003, o Iraque detinha a segunda maior reserva mundial de petróleo no mundo, com uma reserva comprovada de 112,5 bilhões de barris e 100 bilhões de barris em reservas não-comprovadas.

A ação militar contra o Iraque, tinha grande apoio da parte neoconservadora política norte-americana. Uma das motivações alegadas pelo governo Bush para a intervenção era o controle de recursos petrolíferos e por meio disso, controle norte-americano no território, prejudicaria o poder dos países produtores de petróleo (OPEP) e diminuiria a dependência do petróleo russo. Para Ramsbotham, os EUA, teria ambições hegemônicas no Oriente Médio, a fim de assegurar a dominação mundial através da supremacia militar.

O governo de Saddam Hussein no Iraque, foi marcado como tirano, totalitário e que havia constante desrespeito aos direitos humanos de minorias no país. Mas, com isso é importante salientar que legalmente o debate da intervenção no Iraque, não é desenvolvido com base na doutrina da intervenção humanitária. Para os EUA, a necessidade de uma mudança de regime, era vista como objetivo de guerra e não justificativa, pelo menos, não seria a principal. Todavia, como não foram encontradas armas de destruição em massa, a questão de intervenção humanitária, passou a ser utilizada pelo governo americano, que tinha como fonte, os discursos de Bush. No qual a mudança de um regime totalitário imposto por Saddam Hussein para um regime democrático, seria o suficiente para legitimar a intervenção dos EUA no Iraque. Mas, não houve unanimidade dos Estados no plano internacional em apoio a alteração do regime.

Em 19 de março de 2009, data que completou 6 anos da invasão, Bush declarou que derrubar o regime de Saddam, foi uma decisão correta, e que valeu a pena mesmo com o alto custo econômico e de vidas. Tendo o próprio presidente, afirmou em discurso: "Ninguém pode discutir que esta guerra teve um alto custo em vidas e em dinheiro, mas estes custos eram necessários quando consideramos o custo que teria a vitória de nossos inimigos no Iraque." (O ESTADO DE S. PAULO, 2008).

O argumento de legítima defesa foi descrito no documento Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, em 20 de setembro de 2002. Que a base que dava essa ideia às EUA, era como base na noção de legítima defesa do artigo 51 da Carta das Nações Unidas: direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Se vê, que a Carta prevê a ocorrência de ataque armado contra membro da ONU, para que fique caracterizado o uso da legítima defesa e a sua justificativa. Os EUA, defenderam que não havia necessidade de existir um ataque armado para justificar a legítima defesa, que segundo o governo americano, também seria possível aplicar a ideia nos casos em que um país adote políticas armamentistas que podem colocar a segurança internacional em risco.

John Yoo, professor norte-americano de Direito e conselheiro do Departamento de Justiça dos EUA no período 2001-2003, chegou a afirmar que “o direito de legítima defesa reconhecido no artigo 51 da Carta autorizava o uso da força no Iraque. os requisitos tradicionais da legítima defesa deveriam ser reinterpretados no contexto moderno das armas de destruição em massa e do terrorismo internacional.”

Portanto, o Iraque financiar, direta ou indiretamente, o terrorismo e a produção de armas de destruição em massa, já seria motivo para caracterizar o uso da força. John Yoo, finaliza, o uso da força ocasionada no Iraque seria proporcional à ameaça que o país representava, já que ações militares seriam para eliminar as armas de destruição em massa e para destituir Hussein.

Taft e Buchwald, explicam que o uso de força precisa encontrar legitimidade nos fatos e circunstâncias que o Estado acredita serem necessários. E que cada caso deve ser julgado por meio dos eventos particulares que desencadeiam ele, e não com base em conceitos abstratos. Sendo assim, o uso da força, seria algumas vezes legítimos e em outras não.

Embora, a questão da legítima defesa tenha sido usada como argumento por analistas e pela Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, o jurista Sean Murphy, *Use Of Military Force to Disarm Iraq*, observou que a teoria legal utilizado pelo EUA e os países a favor da intervenção, não teria utilizado a ideia da legítima defesa e sim as resoluções do Conselho de Segurança.

Na Resolução 660, de 02 de agosto de 1990, utilizada pelo Conselho de Segurança, requisitou que o Iraque retirasse suas tropas de ocupação no Kuwait. A Resolução 678, 29 de novembro de 1990, autorizava que os Estados-membros cooperassem com o governo do Kuwait, por meio de todos os meios necessários para implementar a Resolução 660. A Resolução 687, de 03 de abril de 1991, anunciou que o Iraque deveria destruir suas armas nucleares e que deveria limitar o alcance de mísseis balísticos em 150 km, é pra verificar o cumprimento do

desarmamento, foi instalado um regime de inspeção, por meio, da Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) que foi substituída em 1999, pela Comissão de Controle, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNMOVIC).

A Resolução 1441, confirmou que o Iraque continuava cometendo violações materiais das obrigações que foram impostas a eles por meio das resoluções anteriores, incluindo 687, pelo país não cooperar com os inspetores e não realizar as ações previstas na Resolução 687(parágrafos 8 a 13). No qual, a resolução 1441, afirmava que seria a última oportunidade para colocar em prática o que estava previsto na Resolução 687. Devendo o governo iraquiano consentir as inspeções da UNMOVIC e da IAEA, tendo permissão para destruir e reter os armamentos que fossem achados e instalações que fazem parte do desenvolvimento das armas. A determinação final da resolução 1441, determinava que se o Iraque continuasse a infringir as suas obrigações, enfrentaria consequências graves.

As resoluções do Conselho de Segurança, em combinação, conferiram uma autorização legal para utilizar o uso da força. É através delas que os EUA e Inglaterra justificavam as suas ações no Iraque. Como mencionado, na resolução o Iraque continuava sob violação material das obrigações impostas, sendo esse o principal fundamento para afirmar a legalidade da guerra pelos defensores.

A Guerra do Iraque se concentra basicamente em afirmar que a Resolução 1441 permitiu o uso da força, a partir do momento em que teria reavivado as antigas resoluções da ONU, que tratavam da Guerra do Golfo, iniciada em 1990.

Segundo Robertson, é necessário para que ocorra uma intervenção humanitária, mesmo sem autorização do Conselho de Segurança da ONU, existem pré-condições para a intervenção ser caracterizada, sendo necessária a existência da prática de crimes, contra a humanidade, mas importante dizer, que na época da invasão ao território iraquiano, não foi verificado atos do governo iraquiano contra as minorias da região. Antes de ocorrer a intervenção, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, não tinha aprovado uma resolução condenando o Iraque a ação criminosa contra minorias. Para Robertson, a intervenção humanitária não pode ser realizada para obter lucro, porém os EUA, como já mencionado, tem interesses na região.

O argumento da legítima defesa foi utilizado pela Estratégia de Segurança Nacional dos EUA para invadir o Iraque. Os críticos da Guerra do Iraque, alegam

que as medidas dos EUA não poderiam ser justificadas com base na legítima defesa prevista no artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

Mesmo sendo visto como ilegal do ponto de vista normativo do Direito Internacional e pelo o conflito não ter tido respaldo do Conselho de Segurança da ONU, e nesse mesmo Conselho, o Estados Unidos tendo apenas apoio da Inglaterra, enquanto a França e Rússia, não apoiavam tal medida, mesmo assim EUA e Inglaterra invadiram o território iraquiano e ambos os países não foram alvos de nenhuma sanção ou punição por tal ação. Mas já em questão da Guerra da Ucrânia, uma das principais medidas tomadas internacionalmente foi a imposição de sanções contra Rússia, por tanto o próximo tópico irá discorrer sobre a guerra entre Ucrânia e Rússia.

5. A Guerra da Ucrânia

Antes de começar a discorrer sobre a Guerra da Ucrânia, é importante relembrar que o país fazia parte da então União Soviética, a URSS remonta do século XVI, mas realmente se estruturou em 1922, após a vitória dos bolcheviques na Revolução Russa de outubro de 1917. Após a Segunda Guerra a URSS chegou a ser composta por 15 Repúblicas “Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia (hoje Belarus), Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão), e a ocupar um território de 22,4 milhões de Km², englobando cerca de 300 (trezentos) milhões de habitantes”.

Foi durante o governo de Stalin (1924-1953), que a União Soviética se consolidou politicamente como um regime de partido único e autoritário, pela PCUS (Partido Comunista da União, que previa um regime de economia planificada, em que os meios de produção eram feitos pelo Estado, ou seja, uma sociedade socialista.

Em 1989, com as primeiras eleições livres no bloco socialista, o regime foi perdendo força política, que tem como ponto central a queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, que colocou fim à Cortina de Ferro e à Guerra Fria. Em consequência, no final de 1991, quase todos os países do bloco soviético já tinham se tornado independentes.

Em 8 de dezembro de 1991, a Rússia, Bielorrússia (Belarus) e Ucrânia formaram a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), no qual 12 das repúblicas Soviéticas também entraram no CE, sendo eles a Armênia, Belarus

(Bielorrússia), Cazaquistão, Federação Russa, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão, desde 1991, e Geórgia e Azerbaijão, a partir 1993. Já a Lituânia, a Letônia e a Estônia, ingressaram na União Europeia-UE.

A Ucrânia “é um país da Europa Oriental, que faz fronteira com a Rússia, a Leste e Nordeste; Bielorrússia, a Noroeste; Polônia, Eslováquia, e Hungria, a Oeste; Romênia e Moldávia, a Sudoeste; e Mar Negro e Mar de Ozov, ao Sul e Sudeste, respectivamente” (Dellagnezze, René). A maior base econômica é a agricultura, tendo o país papel fundamental mundial nesse setor. A maioria das exportações da Ucrânia se dá com a União Europeia e os países integrantes da CEI. E a Ucrânia é até um dos principais líderes mundiais na produção de mísseis. Além disso, Kiev renunciou ao seu arsenal nuclear, como forma de garantir o reconhecimento da sua integridade territorial e soberania, frente à Rússia, do qual os EUA e a Grã-Bretanha assinaram tal concessão, que posteriormente também houve a assinatura da China e França. Por sua importância econômica e política, a Ucrânia foi alvo dos russos desde a época em que a União Soviética foi desmembrada, mas, principalmente, no ano de 2014.

A Guerra da Ucrânia teve o seu começo em 24 de fevereiro de 2022, mas o seu real início pode ser datado do ano de 2014, mesmo ano que houve a tomada da península da Crimeia pelos russos, ocasião em que foi assinado o Protocolo ou o Acordo de Minsk em junho do mesmo ano, que foi realizado entre a Ucrânia, Rússia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e também contou com a presença de representantes das Repúblicas Separatistas de Donetsk e de Lugansk, que entraram no acordo por conta das disputas terrestres no leste e sul da Ucrânia. Porém, o acordo não surtiu efeitos ao tentar cessar os combates na Ucrânia Oriental. Durante a anexação da Crimeia e a guerra civil no leste ucraniano em 2014, as Forças Ucranianas foram criticadas por não ter profissionalismo e serem incompetentes em combate, mas com o apoio dos países ocidentais, em principal o EUA, e a OTAN, as Forças Ucranianas começaram a se armar e organizar melhor, e em 2019, já estavam em melhores condições.

Para o Prof. Gustavo Lacerda da UFPR e cientista político, a Rússia está tentando retomar a Ucrânia, como forma de voltar a ser um grande país. E além disso o outro grande interesse da Rússia na Ucrânia, tinha como principal motivo, o domínio que o país tinha sobre o Mar Negro, região altamente estratégica, quando se olha para o lado político-geográfico e tem a Base Naval de Sebastopol, na

Crimeira, que era a única que consegui abrigar a Frota de Navios da Rússia no Mar Negro.

Outro fator que foi determinante para a invasão russa, foi a tentativa de entrada da Ucrânia nos blocos como a UE e a OTAN, que em 2013, Viktor Yushchenko, presidente da Ucrânia, na época, demonstrou interesse em assinar um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia, mas pressionado por Putin, o acordo não foi assinado, justamente porque a Rússia quer continuar exercendo poder sobre a Ucrânia. Nessa época a população de Kiev, capital da Ucrânia, queriam não estar mais sob intervenção da Rússia, assim como os russos étnicos separatistas da região de Donbass. Com uma onda de protestos, ocorreu a queda de Yushchenko, que era pró-Rússia, e com a queda do então presidente, Putin tomou a região da Crimeia. Em 2019 foi eleito o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, que tinha como objetivos no seu mandato, acabar com os conflitos no leste do país, proteger a soberania e independência do país, e uma possível entrada da Ucrânia na OTAN.

Lembrando que a OTAN é uma Aliança Militar Intergovernamental, que é formada pelo Sistema de Defesa Coletiva, em que os Estados-membros concordam com a defesa mútua em reação a um ataque por uma entidade externa, ou seja, para os membros da OTAN, a se ter um país com uma localização privilegiada como a Ucrânia, seria algo vantajoso, mas para os russos, essa medida seria uma forma do país sofrer mais ataques do Ocidente. Inclusive, os membros da OTAN e da União Europeia, entendem que a Rússia está violando a soberania do território da Ucrânia e o Direito Internacional e sugerem sanções econômicas e retaliações militares. Já do lado russo, os mesmos, tem apoio da China e da Belarus.

A invasão ao território ucraniano, gera instabilidade no leste europeu e inviabiliza a paz mundial, mas como forma de fundamentar essa invasão, os russos usaram como tese o direito à legítima defesa, constante no art. 51, da Carta da ONU. Já a Ucrânia, defende que a guerra ocasionada pela Rússia, ofende os princípios e regras do Direito Internacional, dos dispositivos da Carta da ONU e a violação da soberania ucraniana, sendo soberania “Soberania do Estado é o Poder ou autoridade suprema, é a propriedade que tem um Estado de ser uma Ordem Suprema, que não deve sua validade a nenhuma Ordem Superior” (Dellagnezze, René).

Segundo dados da ONU, já são mais de 13 mil civis mortos em consequência da Guerra na Ucrânia, mas mesmo assim, ainda parece pouco provável que ocorra alguma negociação entre os ucranianos e russos, pois, isso implicaria que Kiev teria que aceitar inúmeras imposições da Rússia, como o conhecimento da Crimeia como território russo, independência das repúblicas de Donbass, neutralidade estratégica ucraniana, desmilitarização e a instalação de governo pró-Rússia.

Maior parte das sanções impostas à Rússia em decorrência do conflito foi dos países integrantes do G-7 e da UE, teve como sanção o bloqueio de reservas internacionais do Banco Central da Rússia e de Belarus; exclusão de alguns bancos da rede SWIFT; restrição de exportações russas e outras medidas, mas essas sanções não só inviabiliza a Rússia, mas principalmente, a economia mundial, que já está passando por um período de crise em decorrência do Covid-19. E além dessa imposição de sanções e punições a Rússia, só fazem o país se aproximar cada vez mais da China e ter mais influência do país, podendo futuramente se tornar uma grande força político-econômica no Oriente.

6. A diferença de tratamento entre EUA e Rússia e Considerações Finais.

Como visto anteriormente, os EUA também foi um país que invadiu um território soberano sem autorização do Conselho de Segurança e sem os devidos motivos, tal como a Rússia também fez, mas em nenhum momento os Estados Unidos ou Inglaterra foram punidos por essa invasão, enquanto a Rússia, teve inúmeras sanções aplicadas, essas que realmente deveriam ser aplicadas. Um dos motivos que faz parecer é que países de terceiro mundo como Iraque, não são países que devem ser protegidos, como um país da Europa, isso só demonstra que ainda há muita presença do imperialismo e eurocentrismo, pois, em nenhum momento houve sanção aos EUA, em decorrência da invasão do território ucraniano e enquanto a sanção contra a Rússia desde 2014, com a invasão da Crimeia.

Além disso, tem a ideia da hegemonia mundial e internacional que os EUA ainda têm sobre os inúmeros países, não tendo nenhum país coragem para embargar os norte-americanos e ainda a aplicação de sanções sobre a Rússia foi feita como forma de enfraquecer a economia do país, justamente para perder protagonismo mundial em algumas áreas, principalmente no quesito de gasoduto e de petróleo.

Com isso, podemos ver que nem todos os países são tratados da mesma forma no plano internacional, sendo o país que estão exercendo a invasão tanto quanto a aquele que é o alvo, além disso muitas vezes os países que são o alvo ficaram totalmente sucateados, principalmente, aqueles países de terceiro mundo, como o Iraque. Portanto, deveria haver uma norma cogente que obrigasse sanções a aqueles países, que não tiveram respaldo para invadir um território e não deveriam ter essa diferenciação na hora de se proteger os países.

7. Referências

- PINHEIRO, Leandro Guerreiro C. Guerra do Iraque: Análise de sua Legalidade Frente ao Direito Internacional Contemporâneo.
- DELLAGNEZE, René. O conflito Rússia e a Ucrânia (livro eletrônico)- São Paulo, Sp: Ed. do Autor, 2022.
- FARIAS, James Magno Araújo. Notas sobre a Guerra da Ucrânia. 2022 Revista de Ciências Jurídicas e Sociais – FIURJ Vol. 3, Nº 1 – 2022.
- RUGGIO E CABRAL. INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA UNILATERAL: O Direito Internacional frente à ilegalidade do uso da força sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU.
- FERREIRA, Lier Pires. A GUERRA RUSSO-UCRANIANA: UMA ABORDAGEM REALISTA. Revista de Ciências Jurídicas e Sociais – FIURJ Vol. 3, Nº 1 – 2022.
- Câmara dos Deputados. A GUERRA RUSSO-UCRANIANA E SEUS IMPACTOS PARA O BRASIL. Maio de 2022.